



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

ENSINO SUPERIOR E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Desafios contemporâneos para a construção de uma universidade inclusiva e
diversificada

RAFAEL GONÇALVES DOS SANTOS ¹
ELIANA BOLORINO CANTEIRO MARTINS ²
MARIA CRISTINA PIANA ²
YUKARI YAMAUCHI MORAES ²

RESUMO

O presente estudo bibliográfico e documental tem como objetivo central refletir, a partir do aporte teórico do referencial crítico-dialético, os principais desafios contemporâneos enfrentados para a promoção do direito de acesso, permanência e conclusão do ensino superior de jovens, principalmente em relação aos/as que apresentam vulnerabilidades socioeconômicas e que historicamente foram excluídos/as dos diversos espaços das universidades. Em síntese, o ensaio teórico evidencia em seus resultados as motivações da evasão escolar no ensino superior brasileiro para além de questões materiais e indica algumas direções sociais estratégicas para tornar o espaço universitário mais inclusivo e diversificado sócio-

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho"

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho"

étnico-culturalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Covid-19. Assistência Estudantil. Ideologia Neoliberal.

ABSTRACT

The present bibliographic and documentary study has as its central objective to reflect, from the theoretical challenges of the critical-dialectical framework, the main contemporary faced for the promotion of the right of access, permanence and completion of higher education for young people, especially in relation to / those who have socioeconomic vulnerabilities and who have historically been excluded from the various spaces of universities. In summary, the theoretical shows in its results the motivations of dropout in Brazilian higher education beyond material issues and indicates some strategic social directions to make the university space more inclusive and socio-ethnic-culturally diversified reflection.

KEYWORDS: Higher Education. Covid-19. Student Assistance. Neoliberal Ideology.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela realização deste artigo se fundamenta, inicialmente, na participação dos/as pesquisadores/as em Grupos de Estudos e Pesquisas que discutem o tema: Serviço Social na Educação, que propiciou o contato com leituras e debates sobre Educação e Serviço Social, e também a participação como bolsistas de iniciação científica (PIBIC/CNPq) enquanto alunos de graduação em Serviço Social em uma universidade pública.

Desta forma, as discussões apresentadas têm como proposta aprofundar as análises sobre a assistência estudantil no Brasil, especialmente considerando o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Universidades Estaduais (PNAEST) e Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que configura um programa de assistência estudantil em nível Federal. Ademais, o presente artigo possui como objetivo apresentar alguns desafios contemporâneos que impedem o êxito no acesso, na permanência e conclusão do ensino superior aos cidadãos brasileiros, especialmente a população que apresentam vulnerabilidades socioeconômicas e que historicamente foram excluídos/as do acesso, permanência e conclusão nesta modalidade de ensino. De acordo com o levantamento da *Education at a Glance*, publicado em 2021 pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, “apenas 21% dos jovens brasileiros entre 25 e 34 anos, concluíram o Ensino Superior”. (OCDE, 2021).

Vale enfatizar, que para desenvolver as discussões referenciadas é necessário considerar os desafios não superados precedentes ao cenário de pandemia da Covid-19 e retorno das aulas presenciais no contexto das universidades no Brasil, portanto, o estudo busca uma aproximação do método dialético científico, pois, contribui com uma reflexão teórica dos elementos centrais que assentam as desigualdades educacionais no Brasil. Ademais, por meio da pesquisa bibliográfica e estudo documental foi possível refletir estratégias de enfrentamento das desigualdades socioeducacionais presentes especificamente, na Educação Superior no Brasil.

A relevância do estudo se justifica devido aos desdobramentos financeiros, físicos, políticos, sociais e emocionais na vida dos/as estudantes, e que foram potencializados pelo isolamento e distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19. Assim, é possível afirmar que esta realidade trouxe no período pandêmico inúmeros desafios para os diretores, coordenadores e docentes em adequar a didática e os instrumentais para prosseguir com as atribuições acadêmicas, período que exigiu sobretudo, a necessidade de revisar e implementar novas técnicas pedagógicas para conduzir o ensino aos estudantes de forma remota e, posteriormente, readequar o retorno do ensino presencial nestas unidades de

ensino. Ao considerar os percalços históricos na Educação Superior pública e o aumento das desigualdades que foram potencializadas pela pandemia da Covid-19, torna-se imprescindível repensar a inclusão de uma política de assistência estudantil nas universidades que contemplem os aspectos biopsicossociais que incidem sobre o processo de ensino-aprendizagem e, portanto, refletem no sucesso escolar dos/as estudantes.

Partindo dos fatos mencionados, uma das indagações apontadas pelos autores e que orientou as reflexões do presente estudo foram: Quais são os fatores históricos que repercutem nas defasagens do acesso, permanência e conclusão do ensino superior público brasileiro? Quais foram os principais elementos apresentados durante e após o contexto de pandemia da Covid-19 que ampliaram os desafios para esta modalidade de ensino?

Para ponderar sobre os principais fatores que repercutem no panorama do Ensino Superior público no contexto vigente (2022) requer refletir, inicialmente, sobre algumas determinações históricas firmadas na raiz desta modalidade de ensino. Ademais, ao tratar de acesso, permanência e conclusão do Ensino Superior público é primordial elencar na discussão os objetivos da política de assistência estudantil nas universidades públicas no Brasil.

2. BREVE TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Historicamente, a configuração do Ensino Superior no Brasil foi uma expressão das particularidades históricas na formação do Estado, política e sociedade. Estruturados tradicionalmente sob os domínios imperialistas, Florestan Fernandes menciona que:

[...] entre nós deslanchou encarnando um “padrão brasileiro de escola superior” (FERNANDES, 1975), um destino histórico peculiar das resoluções dos dilemas educacionais forjadas nos limites do “circuito fechado” da “dominação imperialista externa” e do “desenvolvimento desigual interno”. Além disso, é uma expressão particularizada do “drama crônico” que assola a emergência e a maturação da sociedade de classe em nossas latitudes (FERNANDES, 1976).

Nessa perspectiva, a Educação Superior brasileira considerada pública criada apenas em 1808 (SAMPAIO, 2000; DURHAM, 2003; ZOCCOLI, 2009; SCHWARTZMAN, 2014), foi marcada pelo determinismo europeu, com um ensino majoritariamente destinado à Coroa Portuguesa e assentado na ideologia de ensino eurocêntrico.

Além do mais, ao elencar nesta reflexão a configuração do capitalismo periférico e dependente como o Brasil, somado a escravidão, restrição do direito à terra, desemprego estrutural e intervenção do Estado a favor da manutenção e ampliação do capital em detrimento dos direitos sociais, são alguns dos legados da realidade brasileira e que incidem diretamente, nas desigualdades sociais e educacionais existentes hoje. Deste modo, o reconhecimento destes fatores evidencia as motivações do público que historicamente, foram excluídos do acesso ao Ensino Superior que são: a classe trabalhadora empobrecida, mulheres, negros/as, povos indígenas, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIAP+³, e dentre outros segmentos sociais. Logo, este fato revela a importância da democratização do ensino para toda população, pois, além de propiciar a formação técnica, profissional e inserção no mercado de trabalho, a educação é intrínseca aos valores da cidadania e importante mecanismo de participação nas esferas políticas e sociais da vida comunitária.

Ainda que esta modalidade de ensino traz em sua estrutura, elementos como o racismo, exclusão e elitização, contraditoriamente, ao longo da história é possível evidenciar o movimento da expansão no Ensino Superior brasileiro. Para além da ampliação na oferta de vagas, houve também uma diversificação no perfil dos estudantes com o advento das ações afirmativas, assim, o Ensino Superior brasileiro tornou-se mais acessível aos jovens que, historicamente, foram excluídos/as desta modalidade de ensino.

³“LGBTQIAP+ é o movimento político e social que defende a diversidade e que busca mais representatividade e direitos para essa população”. (FUNDO BRASIL, 2022). A sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, e outras identidades, gêneros e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo (LGBTQIAP+).

Em busca de formação profissional e melhores condições de vida, a diversidade cultural e socioeconômica têm se tornado um elemento preponderante nas instituições de Ensino Superior, o que sinaliza, de um lado, a expansão do ensino e, de outro, o surgimento de novas demandas dos estudantes que carecem de condições materiais e imateriais para permanecerem na universidade. Isto posto, é cabível afirmar que historicamente, o percurso da educação brasileira não foi acompanhado por condições de acesso e permanência aos/às estudantes ainda que, as demandas por permanência não são solicitações contemporâneas:

A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade (COSTA, 2010).

Contudo, o reconhecimento da assistência estudantil foi garantido por lei, no Brasil, somente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Ainda na Constituição Federal de 1891 (Brasil República), foi promulgado o Decreto nº19.851/1931, que traz a seguinte previsão:

Art. 108. Para efetivar medidas de providências e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Diretório Central dos Estudantes, a fim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade. Parágrafo único: A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior (BRASIL, 1931).

Mais adiante, houve uma significativa expansão do reconhecimento legislativo no que diz respeito às ações de assistência estudantil nas demais modalidades de ensino. De acordo com os estudos realizados pela autora Kowalski (2012), podem ser citadas a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), introduzido em 1987 para discutir e organizar a permanência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essa

mobilização contribuiu para a implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 “o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica”, (REUNI, 2010). Posteriormente, houve a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007, e demais legislações a respeito da política de permanência estudantil no Brasil.

De acordo com essa realidade pode-se inferir a relevância da assistência estudantil para a educação brasileira, sobretudo no Ensino Superior, objeto deste estudo. O reconhecimento da educação básica como direito socialmente constituído e posteriormente, a expansão no Ensino Superior incidem diretamente na diversidade cultural e socioeconômica do público que irá frequentar a universidade. Devido às particularidades históricas da trajetória do Ensino Superior brasileiro conforme fundamentado anteriormente, os caminhos para ampliação do acesso nas universidades estão condicionados às possibilidades da permanência dos/as estudantes brasileiros/as, em especial, daqueles que historicamente foram oprimidos.

As desigualdades no percurso escolar determinadas pela estrutura política, econômica e social se manifestam, posteriormente, nos principais impasses que permeiam o ambiente universitário. Dentre eles pode-se mencionar: Os impasses na realidade de vida do/a estudante trabalhador/a; A fragilidade de vínculos do discente com a instituição e/ou docente; A questão atrelada à inclusão e representatividade dos públicos historicamente oprimidos; A desigualdade no desempenho acadêmico devido às bases adquiridas durante o percurso escolar; A carência de condições materiais e imateriais para o acesso e permanência na universidade.

Esses percalços interferem na qualidade e na trajetória da formação acadêmica, pois quando não solucionados, são expressos por meio da insatisfação dos/as estudantes na universidade.

Além de asseguradas as condições de acesso, as condições de permanência são primordiais para a conclusão do curso. Tendo isso em vista, a assistência

estudantil deve ser garantida pela Instituição de Ensino, com intuito de propiciar as condições necessárias para o/a estudante usufruir integralmente dos espaços da universidade, possibilitando a igualdade de oportunidades na articulação do tripé: ensino, pesquisa e extensão, com vistas a garantir uma formação crítica – que ultrapasse a mera reprodução do trabalho e proporcione uma formação integral.

Pensar nas condições de permanência e nas relações de desigualdades entre os estudantes, envolve analisar as discrepâncias de trajetórias e sua influência na formação profissional. Para aqueles que possuem uma condição socioeconômica consolidada, o Ensino Superior é pensado de modo que possibilite um aproveitamento integral, com o desfrute do espaço da universidade, de modo a ampliar seus conhecimentos e proporcionar uma formação ímpar.

Já para aqueles que não possuem as mesmas condições, as preocupações são bastante distintas. É preciso operacionalizar o atendimento das necessidades mais básicas, ou seja, a alimentação, o transporte, a saúde e a moradia. Para este segmento de jovens, acessar e concluir o Ensino Superior é contrariar as estatísticas e, sobretudo, resistir aos ataques diários “sutis” que acabam conduzindo os/as estudantes aos caminhos da evasão escolar.

Compreende-se que as ações de assistência estudantil possuem como objetivo atuar sobre essas contingências no espaço universitário, por meio da concessão de bolsas e auxílios aos estudantes que se enquadram no critério socioeconômico, viabilizando, por meio destes, novas perspectivas materiais a fim de minimizar as relações de desigualdades e possibilitar sua permanência no espaço universitário. No entanto, é importante refletir sobre o reconhecimento da assistência estudantil como “um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública” (IMPERATORI, 2017), pois isto, além de sinalizar a importância da assistência estudantil enquanto parte estratégica no acesso e permanência dos estudantes, evidencia de certa forma suas possibilidades e limites justamente, por se tratar de uma política pública ainda não consolidada. Desta forma, é necessário salientar a importância da ampliação de respaldos legislativos para a efetivação dos princípios estabelecidos pela mencionada Portaria, e por conseguinte, buscar formular novas ações para a consecução dos objetivos no âmbito da assistência

estudantil.

A afirmação da assistência estudantil no Brasil é uma conquista adquirida por meio dos embates políticos travados pelos movimentos sociais de diferentes frentes e protagonismos, e foi reivindicada como uma reparação na forma de condições de acesso e permanência aos estudantes do Ensino Superior. Além do mais, tendo em vista o cenário brasileiro de diversidade cultural, étnica, socioeconômica, política, religiosa e as barreiras sociais impostas entre os estudantes, o desafio inicial consiste em transpô-las a fim de possibilitar a igualdade nas relações e oportunidades dentro do ambiente universitário.

A compreensão da pluralidade social e cultural no círculo universitário reflete diretamente no perfil da instituição. A adoção deste parâmetro se faz imprescindível para a permanência dos/as alunos/as, pois a exclusão de ordem social, econômica e/ou racial colocam em xeque o pertencimento ao espaço universitário. Para além da questão econômica, a permanência na universidade se concretiza no estabelecimento de igualdades e vínculos entre os sujeitos presentes.

É necessário chamar a atenção para as particularidades da realidade dos/as estudantes trabalhadores/as. Uma vez que busca alcançar as condições materiais para sua sobrevivência e, conseqüentemente, para a permanência no Ensino Superior, os/as estudantes trabalhadores/as são prejudicados/as quando a conciliação entre trabalho e estudo impede em aproveitar integralmente os recursos da universidade. Esta questão é evidenciada, por exemplo, quando consideradas as dificuldades de participação dos/as discentes trabalhadores/as em grupos de pesquisa e/ou extensão universitária por conta do trabalho.

Essas são apenas algumas das diversas situações desafiadoras presentes na dinâmica do Ensino Superior e a importância da efetivação da política de assistência estudantil nestas unidades de ensino. Ainda no tocante aos desafios apresentados no âmbito do Ensino Superior público, em seguida abordou-se os impactos da pandemia da Covid-19 e a ideologia neoliberal.

3. COVID-19, IDEOLOGIA NEOLIBERAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O ano de 2020 no Brasil foi surpreendido com a emergência de um vírus que apresentou e ainda apresenta fortes riscos de contaminação, cuja expansão tomou proporções que saíram do controle dos/as profissionais que atuam na área da saúde. Somadas às determinações contraditórias intensificadas pela política genocida do governo federal, observa-se que as medidas implantadas de subfinanciamento, a falta de coordenação nacional e investimento no âmbito da saúde pública para o fornecimento de equipamentos médico-hospitalares destinados ao atendimento da população contaminada pelo vírus da Covid-19 apenas tornaram evidentes as desigualdades sociais no país.

Além disso, é possível considerar que a crise sanitária também contribuiu para a expansão sem precedentes da crise econômica, política, social, cultural e ambiental. Esse conjunto de crises têm afetado diretamente as nações, principalmente os países da periferia inseridos nas relações hierárquicas, como é o caso do Brasil, haja vista que a maioria da população brasileira luta diariamente para sobreviver com menos de um salário mínimo, sob condições vexatórias e insalubres de moradia que afetam a garantia da sua saúde e do seu bem-estar social, enfrentando altas taxas de desemprego frente a um sistema de poder que se oculta ideologicamente nas relações hierárquicas de poder e de concentração de riquezas. Por outro lado, também é possível indicar que esse mesmo sistema ideológico de dominação se opõe aos avanços da ciência para o combate do novo coronavírus, ataca perversamente as ações políticas e sociais da saúde pública na efetivação de políticas de proteção social, além de praticar a necropolítica, uma vez que coloca a economia e a eficácia do mercado acima de vidas humanas.

Apesar do ascenso de lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade, os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e violência. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 147).

Diante dessas considerações, observa-se que o século XXI encontra-se imerso aos interesses do Estado da morte. A ideologia neoliberal organizou-se de maneira inteligente e de forma estratégica a partir da adoção de políticas de contenção e de controle das classes populares urbanas que sofrem diariamente com a violação dos seus direitos, não apenas sociais, mas também humanos, e que foram historicamente conquistados pela organização e mobilização dos movimentos sociais por meio das lutas políticas e da articulação popular.

Com o passar dos anos, nos deparamos com o fortalecimento da hegemonia do capital e com ações cada vez limitadas do Estado no que diz respeito ao cumprimento das suas responsabilidades públicas. Logo, o papel do Estado passa a ser transferido para as entidades filantrópicas e o terceiro setor, formado por organizações da sociedade civil, uma vez que se exime do seu papel em assegurar a promoção dos direitos sociais. De maneira organizada, a política neoliberal do atual (des) governo também incentivou a implementação de políticas privatistas e reducionistas ao fomentar parcerias público-privado através da terceirização dos serviços públicos, responsáveis pela maior parte da corrupção durante a pandemia.

Nessa perspectiva, o Estado assume na realidade contemporânea, um caráter de mediador para assegurar a liberdade de mercado e contribuir com o processo de acumulação e reprodução do capital, tendo em vista garantir a implantação dos seus sistemas de dominação econômica. Sistemas esses presentes em nossa realidade e que podem ser facilmente encontrados na palma das nossas mãos por meio de equipamentos eletrônicos como por exemplo os telefones celulares. Conseqüentemente, nos deparamos com uma nova era sustentada pela ideologia neoliberal: trata-se da era da digitalização que passou a ser divulgada em todos os espaços de ensino, principalmente no âmbito do Ensino Superior público. Assim, inaugura-se a era ideológica da “educação digital”.

De modo a fortalecer políticas de repressão e de disciplinamento, é notório que a apartação social, a uberização do trabalho e o descarte do ser social recusam as bases para a promoção da emancipação humana. A era da digitalização, juntamente com as intervenções em defesa pela “volta à rotina normal de vida”, contribuem para o desmonte das políticas de seguridade social e do financiamento

do Sistema Único de Saúde (SUS) em nome de um sistema econômico que atende as necessidades de poucos/as para garantir a manutenção das relações de exploração da classe trabalhadora, além de naturalizar as consequências provocadas pela Covid-19, uma vez que as suas desigualdades atingem de forma violenta um perfil socio-étnico-cultural predominante formado por uma grande maioria concentrada nas periferias urbanas do país. Nesse sentido, a maioria da população que vive nas periferias se vê obrigada a se expor de maneira frequente aos riscos de contaminação pelo vírus devido à necessidade de ajudar a família e garantir condições mínimas de sobrevivência.

Desde o período que antecedeu à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), observa-se que as políticas de proteção social já vinham sofrendo fortes impactos provocados pela gestão ultra neoliberal a partir dos seus mecanismos financeiros de apropriação do fundo público brasileiro, podendo ser exemplificadas pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016, responsável por congelar por vinte anos os gastos primários do governo e pela Emenda Constitucional nº 93 de 2016, ao prever a desvinculação de trinta por cento dos recursos que deveriam ser constitucionalmente investidos nas políticas de seguridade social (saúde, assistência e previdência social) e nas políticas sociais em geral como a educação.

Essa realidade desumana passou a fazer parte da realidade enfrentada por milhares de jovens em todo o país, principalmente por precisarem interromper os seus estudos ou até mesmo trancar os cursos em andamento no ensino superior para começar a trabalhar e ajudar a família. As condições de acesso e de permanência estudantil nas universidades públicas também foram atacadas de maneira violenta e desumana, privilegiando um perfil minoritário de estudantes constituído por uma elite branca. Por outro lado, existe um outro perfil predominante de estudantes que se inseriram no mundo do trabalho informal, precário, intermitente e terceirizado, isto é, do trabalho morto que se faz cada vez mais presente em nossa realidade com o seu instrumento tecnológico- científico- informacional.

No âmbito da educação, tais desafios tornam-se mais evidentes quando discutimos a os impasses para a promoção da igualdade das condições de acesso e permanência a uma educação pública, laica, universal e de qualidade, capaz de

formar sujeitos de direitos e garantir a inserção em postos de trabalho qualificados para a geração de renda e a melhoria das suas condições de vida. De acordo com o panorama apresentados pelo *Relatório Education at a Glance*, em 2018, os níveis de empregabilidade da população brasileira da faixa etária de 25 a 64 anos de idade correspondeu a 68% no país, sendo inferior em relação à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representaram 77% em relação às taxas de empregabilidade.

A única alternativa encontrada para que a maioria dos/as jovens das classes populares urbanas continuassem com os estudos consistiu na adesão à modalidade do Ensino à Distância (EAD), coberto pelo manto ideológico do ensino remoto, conforme previsto pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 343, de 17 de março de 2020, ao prever a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto durante a pandemia da Covid-19. Nessa perspectiva, indo contra aos princípios que sustentam o tripé da universidade formada pelo Ensino, Pesquisa e Extensão, o EAD representou um verdadeiro ataque à ciência, à construção do conhecimento crítico e, sobretudo, da educação e do seu papel político nas universidades públicas.

As universidades públicas no Brasil também passaram a apresentar um viés fortemente determinista, configurando-se como uma mercadoria indispensável para o processo de reestruturação do capital e principalmente para o avanço do projeto de contrarreforma em curso no âmbito do ensino superior. Não obstante, o projeto de contrarreforma também ameaça a autonomia das universidades assegurada no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, além de desconsiderar a realidade social dos grupos historicamente marginalizados, tornando-os reféns do movimento de exclusão dos seus segmentos nos diversos espaços das universidades.

Outra expressão do projeto de contrarreforma em curso no país no âmbito da Educação Superior diz respeito ao projeto “Future-se”, conhecido como Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras. De acordo com Filho e Farage (2019, p. 41), esse projeto representa um dos maiores ataques provocados pela gestão ultra neoliberal à Educação Superior brasileira, tendo como objetivo implementar as suas estratégias de controle sobre as classes populares urbanas, reafirmar a autonomia financeira e administrativa das Instituições Federais de Ensino

Superior (IFES), estabelecer parcerias com organizações sociais, além de estimular a captação de recursos próprios. Nessa perspectiva, as consequências provocadas por essas medidas também refletiram sobre as condições de trabalho da categoria docente, resultando na redução dos seus salários, no esgotamento físico e mental, e na precarização da infraestrutura das instituições de ensino superior, de seus equipamentos e recursos tecnológicos.

Ao traçar um panorama acerca dos principais desafios contemporâneos acentuados pela pandemia da Covid-19 no âmbito da educação superior pública brasileira, é possível compreender que esta tornou-se alvo da produção de conhecimentos subalternizados e dependentes das parcerias público-privado. Além disso, observa-se a adoção de medidas cada vez mais paliativas que mascaram as desigualdades sociais no país, principalmente no que concerne às condições objetivas de acesso e permanência à universidade pública a partir da consequente defasagem tecnológica generalizada e pela falsa ideia da meritocracia, coberta pela ideologia neoliberal voltada para a construção de uma escola de conhecimentos para ricos e de exclusão social de pobres.

Por meio da intersecção entre as categorias classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade, é preciso denunciar a invisibilidade e o silenciamento das principais pautas identitárias presentes nos espaços das universidades, marcadas principalmente pelo não reconhecimento das lutas históricas de mulheres, de negros/as, dos povos indígenas e da comunidade LGBTQIAP+, e que desafiam a construção de uma universidade mais inclusiva e diversificada socio-étnico-culturalmente.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO, 2005, p.17).

Destarte, em tempos de ataques frontais provocados pela política neoliberal, ainda há uma longa jornada de luta e resistência a ser enfrentada para garantir a efetivação de uma educação superior pública, laica, crítica, socialmente

referenciada, gratuita e de qualidade, com vistas contribuir para a emancipação humana.

Ademais, a educação e o seu papel político precisa ser apreendida como um importante recurso capaz de emancipar segmentos submetidos a condições violentas de opressão, e que são cristalizados no interior das relações de desigualdades do sistema de poder da ideologia neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e reflexões realizadas no desenvolvimento do presente estudo, é possível compreender que ainda há uma longa jornada de luta e resistências a serem enfrentadas para tornar as universidades mais inclusivas e diversificadas socio-étnico-culturalmente, principalmente a partir da efetivação de políticas de assistência estudantil. Contudo, vivemos uma realidade marcada por um conjunto de determinações contraditórias que revelam, no cenário contemporâneo, a emergência de um sistema democrático esfacelado, desumano, genocida, em que cujas mobilizações para a defesa dos direitos historicamente conquistados são silenciadas e unidas, de forma irônica e perversa, pela descrença da perspectiva de coletividade.

As consequências devastadoras provocadas pela hegemonia neoliberal também ganharam força no âmbito da educação a partir da reprodução ideológica da “educação digital”. As análises aqui apresentadas possibilitaram identificar o principal objetivo dos investimentos realizados pelos grandes oligopólios privados do Ensino Superior. De maneira geral, as medidas da política neoliberal buscam implementar diversas modalidades de ensino voltadas para uma formação tecnicista e generalizada por meio da adoção de políticas de contenção e disciplinamento, além de incentivar os/as estudantes a investirem em seu próprio capital humano, isto é, em suas habilidades e competências técnicas e individuais para compor um mercado de trabalho cada vez mais precário, informal, competitivo, e que não contribui para a formação de uma consciência crítica capaz de identificar as desigualdades e violações de seus direitos humanos e sociais.

A pandemia da Covid-19 também permitiu com que o manto ideológico da reação neoconservadora caísse por terra ao tornar evidente as graves consequências provocadas pela crise econômica, política, social, ambiental e sanitária, já presentes no período que antecedeu a emergência da pandemia no país. No âmbito da Educação Superior Pública, o presente estudo teórico contribuiu para revelar o perfil socio-étnico-cultural predominante daqueles/as que possuem condições objetivas para acessar e permanecer nos diversos espaços da universidade e dos projetos desenvolvidos no interior do seu tripé (Ensino, Pesquisa e Extensão), e o perfil da grande maioria de estudantes que precisaram trancar os seus cursos ou que até mesmo desistiram de concluir os estudos para arriscar as suas vidas em um mercado de trabalho precário, a fim de ajudar a família e/ou assegurar a manutenção das suas condições mínimas de sobrevivência.

De acordo com Martinelli (1995), o capitalismo inaugurou uma nova estrutura social ao avançar com os seus interesses privados de concentração da propriedade, dos meios de produção de uma classe formada por uma elite branca dominante correspondente a uma minoria da sociedade, e que acabou contribuindo para o surgimento de outra classe formada por aqueles/as que dispunham apenas de sua força de trabalho e enquanto forma de sobrevivência.

Vivemos tempos de ataques frontais provocados por essa ideologia perversa que ameaçam os movimentos de luta política para a construção de universidades públicas, laicas, livres de mensalidades, socialmente referenciadas, inclusivas e diversificadas socio-étnico-racialmente, com vistas à formação de sujeitos intelectualmente críticos capazes de intervir contra as diversas políticas de repressão, contenção e de disciplinamento.

Ademais, as políticas que contribuem para a promoção do direito de acesso e permanência estudantil nas universidades devem ser articuladas, sob uma perspectiva intersetorial, com as demais políticas sociais em geral (saúde, assistência social, habitação, alimentação, transporte, saneamento básico, dentre outras), uma vez que influenciam diretamente sobre os aspectos biopsicossociais dos/as estudantes para acessar e permanecer nos espaços das universidades.

Portanto, faz-se necessário enfrentar coletivamente as estruturas que

alimentam o metabolismo antissocial do sistema capitalista vigente, marcado pela existência de disputas entre classes sociais que possuem interesses antagônicos. Conforme elucidado por Florestan Fernandes (1994), “que o futuro nos traga dias melhores e a capacidade de construir a universidade que está em nossos corações, nas nossas mentes e nas nossas necessidades”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1931)**. Emenda Constitucional nº 19.851, de 11 de abril de 1931.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social, fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior**: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **O que é o REUNI**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1994.

FERNANDES, F. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. [S. l.: s. n.], 1975.

FARAGE, E.; FILHO, A. G. **Educação superior pública e o Future-se**: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. Rio de Janeiro/RJ, 2019, n. 44, v. 17, p. 33 - 49.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. Serviço Social e Sociedade. **A Trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior Brasileira**, São Paulo, v. 1, n. 129, p. 1-19, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628->

sssoc-129-0285.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OCDE (Brasil). **Educationat Glance**. [S. l.], 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

SAMPAIO, Helena. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

,